

ANCHIETA — LINGÜISTA

Frederico G. Edelweiss*

José de Anchieta ao entrar na Companhia de Jesus, em 1551, contava 17 anos e, além do espanhol, a sua língua materna, era bom conhecedor do latim e falava o português "tão propriamente, como se mamara essa língua no leite, coisa que raramente se acha nos que tem a língua castelhana por natural", segundo nos informa o Pe. Quirício Caxa, seu companheiro de Ordem, contemporâneo e biógrafo.

Já então impressionara a sua memória felicíssima e a sua facilidade no expressar-se em prosa e verso.

Quando, por motivo do estado precário da sua saúde, foi enviado ao Brasil, em 1553, completava dezenove anos. Trazia tudo aquilo que fazia prever o futuro língua brasílico: mocidade, preparo básico, pendor comprovado e rara fidelidade de memória.

Coube ao Pe. Nóbrega oferecer campo adequado ao desenvolvi-

* (Falecido) - Prof. Fundador da Então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFBA., Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

mento desse afortunado conjunto de requisitos, na capitania de São Vicente. Ali a população indígena era amiga e já havia alguns bons conhecedores do tupi entre os portugueses. Citemos apenas Pero Correia e Antônio Rodrigues; aquele classificado de melhor língua brasílico por Nóbrega e este, o primeiro professor de tupi na Bahia, trazido de São Vicente, em 1556, ainda por Nóbrega (1). Foram então portadores das primeiras orações em tupi e do esboço gramatical de Anchieta. Como lemos na biografia escrita por Pero Rodrigues, estes prolegômenos da gramática brasílica foram delineados por Anchieta no brevíssimo espaço de seis meses, seguindo a sua própria declaração.

Não é difícil interpretar o fato deveras surpreendente à primeira vista, mas perfeitamente explicável. José de Anchieta, doado de prodigiosa memória, de grande propensão para o estudo de línguas e já prático em três, chega a São Vicente. Ali entra em contato com homens afeitos ao tupi e ao mesmo tempo dedicados à Companhia, da qual dois deles em breve fariam parte. Anchieta percebe, sem demora, a necessidade urgente da aprendizagem da língua da terra, sem a qual a influência dos jesuítas nunca passaria dos portugueses; e, com os seus conhecimentos e a sua mocidade, põe-se a colecionar o que hoje chamaríamos de fatos de linguagem com os línguas da colônia. Não tardaria a notar certas leis fonéticas mais evidentes e a função variadíssima das numerosas partículas. Talvez, por ser filho de biscainho, tivesse mesmo algum conhecimento do basco, onde os sufixos assumem preponderância idêntica. Sabemos, por exemplo, que o Pe. Aspilcueta Navarro, versando no vasconço, avantajou-se aos demais na aprendizagem do tupi (2), logo à sua chegada na Bahia.

O que nos autoriza a fazer tais suposições é a sua **Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil**, onde, a despeito de quarenta anos de retoques feitos pelos padres mais versados na língua brasílica, a metade dos seus ensinamentos ainda continua dedicada às leis fonéticas, ao valor, significado e emprego dos sufixos ou partículas propostas.

Aos olhos de qualquer desapaixonado bastaria esse fato para inocentar Anchieta da pecha de haver latinizado a gramática tupi, que a ignorância de uns e a papagaíce de muitos lhe vêm pespegando à fama. Já nos referimos alhures a essa balela, mostrando a sua sem-razão.

Anchieta escrevia para os seus companheiros de Ordem, que iam aprender o tupi, numa época em que, mais ainda do que hoje, predominava, nas gramáticas, a terminologia e arrumação latinas. Para ser compreendido, havia de forçosamente ater-se à praxe corrente. Além disso, o missionário, ao expor a doutrina religiosa, transmitia o conteúdo de textos latinos ou ibéricos. Às gramáticas tuppis dos jesuítas incumbia, pois, ensinar principalmente a maneira correta de formar palavras e

compor frases ao modo dos índios. Ao tradutor missionário importava muito mais o saber exatamente a maneira de trasladar, por exemplo, certos modos e tempos verbais, do que indagar se a versão tupi correspondia efetivamente a um verbo conjugado ou a um circunlóquio equivalente no sentido. O que importava era conservar o legítimo linguajar tupi e não a elaboração de uma terminologia lógica da sua gramática, que mesmo para o português ainda hoje estamos procurando introduzir a braços com ferrenha resistência.

Anchieta, com reservas, e Figueira, por sistema, chamariam, pois, de gerúndio ou de mais-que-perfeito o que no tupi correspondia a esses conceitos na gramática latina, sem se preocuparem demasiadamente com o nome dos processos gramaticais através dos quais era conseguida a correspondência tupi. Anchieta não fez gramática filosófica; era mestre de missionários e como tal expôs em termos correntes os recursos para dizer em tupi castiço o que aos padres cumpria transmitir.

Toda a gramática anchietana é, pois, dedicada precipuamente à orientação dos tradutores de textos ibéricos e latinos através da terminologia e disposição usadas na época; era e seria a latina ainda por muitos anos, que propriamente portuguesa não existia ao tempo de Anchieta, como se vê facilmente examinando as nossas primeiras gramáticas, de Fernão de Oliveira (3) e de João de Barros (4), ambas datando da quarta década do Quinhentos.

Mas, se a terminologia não se adequava exatamente aos fatos lingüísticos tupis, se as categorias gramaticais não se correspondiam, de forma alguma o expediente atentava contra a construção da frase e a pureza da língua, como os eternos detratores na sua ignorância querem fazer crer.

É fácil comprovar o escrúpulo extremo dos nossos jesuítas no que tange à exatidão dos seus ensinamentos tupis e à legitimidade idiomática dos seus escritos originais e traduções. Transcorreu pouco menos de meio século entre a vinda dos primeiros jesuítas e a licença dos seus superiores para publicação da gramática de Anchieta, o primeiro compêndio brasílico dado ao prelo. Inúmeros retoques sofreu o esboço inicial até que, finalmente, dois anos antes da morte do seu autor, fosse permitida a sua impressão (5).

De todos os demais escritos de Anchieta foram dadas à estampa, ainda em sua vida, apenas algumas cartas incluídas na série italiana dos *Avvisi*. Muito se deve, assim, ter perdido. Entretanto, o que escapou à destruição ainda é mais do que suficiente para definitivamente aureolar o nome daquele que por títulos outros granjeou o epíteto singular de Apóstolo do Brasil.

A nós cabe aqui passar revista tão só àqueles trabalhos de Anchieta, que revelam o cultor de línguas, principalmente do tupi. Atenhamo-nos, pois, ao nosso assunto.

Já nos referimos à sua **Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil**. Examinemos-lhe ainda alguns pontos cronológicos referentes ao seu aparecimento.

Data de 1585 o primeiro pedido dos nossos jesuítas para publicação de compêndios brasílicos (6). Como não surtisse efeito prático, a solicitação foi repetida em 1592 e talvez em outras ocasiões, até que alfim, dentre os trabalhos propostos à publicidade, foram autorizados pelos superiores apenas dois, ambos de Anchieta: a **Gramática** e os **Diálogos da Doutrina Cristã** (7). Essa preferência dada a obras de Anchieta vale ressaltada, porque entre os autores propostos figura Leonardo do Vale, sem dúvida um dos melhores tupinistas da época, mas falecido em 1591.

Finalmente, por motivos ignorados, das duas obras licenciadas só foi impressa a gramática, em 1595, e assim, Anchieta ainda a pôde ver em letra de forma pouco antes de morrer.

Os **Diálogos da Doutrina Cristã**, de Anchieta, ainda hoje constituem um problema bibliográfico dos mais intrincados.

Em seus apontamentos bibliográficos, o Pe. Serafim Leite menciona, sob a letra A (8), um apógrafo em brasílico existente no arquivo da Companhia, mas da sua publicação nada sabem os bibliógrafos jesuítas. Isso complica a notícia contida na Revista da Biblioteca Pública de Buenos Aires, de 1882, (9) comprovada pelo editor Manuel Ricardo Trelles, de que existia então, em poder de Andrés Lamas, um exemplar da segunda edição (1) da Doutrina Cristã, de Anchieta, datada de 1668 (10).

Na mesma revista se alude a uma nota do Pe. Diaz Taño, em que se refere à hipotética primeira edição do catecismo anchietano, de 1618, o que aumenta ainda mais a confusão (11).

Sabemos que de 1618 data a primeira edição de outro catecismo tupi, o do Pe. Antônio de Araújo, e, como judiciosamente pondera Serafim Leite, não é crível que os parcimoniosos superiores da Companhia permitissem a impressão de dois catecismos tupis no mesmo ano. O Pe. Diaz Taño deve ter-se enganado no autor, e, se não tivéssemos o título completo da tal segunda edição em poder de Andrés Lamas, diríamos tratar-se na sua notícia provavelmente de outro engano, desta feita por uma transposição de algarismos, de 1668 por 1686, ano em que foi publicada a segunda edição do catecismo do Pe. Araújo. Mas, o título transcrito por Trelles, na citada revista, é em tudo diferente, não

permitindo a admissão de um equívoco.

Não havendo, pois, nenhuma referência à tal edição no arquivo dos jesuítas, ou nas suas bibliografias, Serafim Leite inclina-se a ver nela uma reprodução clandestina feita fora de Portugal. Três erros cometidos no frontispício (12) parecem reforçar a suposição. Infelizmente, a despeito da sugestão de Trelles, o texto do livro ficou desconhecido e, não tendo havido referência alguma a esse singular cimélio depois de 1882, é possível que esteja perdido para sempre, deixando indecifrado mais um enigma bibliográfico.

AS POESIAS ANCHIETANAS

As publicações programadas para o festejo do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo foram providenciais para o conhecimento da obra poética de Anchieta, por nelas ter sido incluída a reedição total de um códice seiscentista dos arquivos da Companhia de Jesus, em grande parte da letra de Anchieta e apenas parcialmente conhecido através da reprodução infeliz da Academia Brasileira, de 1923 (13).

Infeliz, a despeito do idealismo que a inspirou, porque das poesias tupis, de Anchieta, só editou a falhíssima tradução feita, na primeira metade do século dezoito, por um impostor, o Pe. D. João da Cunha, e, fê-lo, desprezando a denúncia de um guaranista, Batista Caetano de Almeida Nogueira (14).

O Museu Paulista tomou a si o patrocínio da reedição castigada do cimélio e confiou a sua coordenação à emérita tupinista D. Maria de Lourdes de Paula Martins, chefe da Secção de Documentação Lingüística.

Foi ela que levou a cabo o que por diversos havia sido planeado desde meados do Seiscentos, e, o que é mais importante, desincumbiu-se da tarefa escrupulosamente, com vasto conhecimento da matéria.

O alentado volume finalmente apresentado divide-se em duas partes. A primeira contém a reprodução diplomática, e a segunda a edição crítica. Nesta última, as composições vêm separadas por línguas e as latinas e tupis acompanhadas da sua tradução (15).

Eis a proporção aproximada, que, nessas 466 páginas da segunda parte, cabe a cada uma das quatro línguas em que Anchieta escrevia: Ao castelhano, 40 por cento; ao tupi, 38 por cento: 17 por cento ao português e 5 por cento ao latim.

Compreende-se que a língua menos aquinhoada seja a latina.

Essas poesias anchietanas avulsas, os diálogos rimados e combinados em peças teatrais tiveram finalidades educativas e visavam principalmente os índios. O latim incompreendido aí não faria sentido.

No entanto, ocasiões houve em que o estro do poeta postergou o educador e missionário, como vemos nos extensos poemas latinos da *Virgem Bem-aventurada*, de 5.786 versos (16), e dos Feitos de Mem de Sá, de 3.054 versos (17).

É, portanto, o latim que, na obra poética total de Anchieta, ocupa o primeiro lugar, não pelo número das composições, mas pela extensão destas derradeiras.

No que tange às línguas ibéricas, especialmente a certas passagens do Auto de São Lourenço, houve quem nelas descobrisse, patrioticamente, segunda intenção do autor no uso alternado do português e castelhano, pela suposição de estarem redigidos depreciativamente em castelhano os diálogos mais antipáticos, e a parte mais bela em português (18).

De fato, os arrogantes imperadores romanos falam espanhol, e são em português as piedosas estrofes da fala do anjo com as personificações dos dois fogos divinos: o Temor e ao Amor de Deus, virtudes a que atribui a sublime resistência de São Sebastião deitado nas brasas:

Dois fogos trazia n'alma
Com que as brasas resfriou
E no fogo em que se assou
Com tão gloriosa palma
Dos tiranos triunfou (19).

Mas, logo a seguir, a personagem no papel do Temor de Deus pinta, para o intemente, as penas do inferno numa série de antíteses difíceis de serem superadas e... estas são em espanhol:

Oh perdido!
Allí serás consumido
Sin nunca te consumir.
Allí vida sin vivir:
Allí lloro Y gran aullido;
Allí muerte sin morir.

Planto será tu reir;
Tu comer hambre mui fiera;
Tu heber sed sin manera;
Tu sueño nunca dormir (20).

Também são em castelhano as estrofes de sublime lirismo do quadro inicial do Auto, que mostram São Lourenço assando nas brasas e terminam nesse supremo holocausto:

Pues tu amor por mi amor
Hizo tantas maravillas,
Muera yo en estas parrillas
Por el tuyo, mi Señor! (21).

Como vemos, tanto no conteúdo quanto na forma, o uso intencional da língua portuguesa para os trechos de maior relevo no **Auto de São Lourenço** não passa de fantasia, pois em toda a peça as estrofes em português são apenas oito.

Não menos ilusória é a impressão daqueles, que, em certos trechos, vêem manifestações de rivalidades entre as facções espanhola e portuguesa, no simples emprego, ora do espanhol, ora do português e, além disso, fundamentam nessa particularidade a atribuição de parte das diversas peças a outros autores. As observações aqui feitas para o Auto de São Lourenço valem para os demais.

Rivalidades houve, sem dúvida. O auto **Na Vila de Vitória** a elas alude (22). Mas, ao contrário do que fora de esperar, segundo a leviana insinuação, a personificação da vila de Vitória, do Espírito Santo, ali acusada de conspirar contra o governo de Filipe II. da Espanha, fala castelhano, enquanto, ainda mais estranhamente, o cioso lugar-tenente do rei espanhol argüi em português, na língua dos sediciosos.

Para os que acham serem os atos reprováveis e os vícios prófligados referidos de preferência por personagens espanholizantes, recomendamos o exame do auto intitulado **Na Festa de Natal**, que é uma adaptação resumida do segundo ato do de São Lourenço. É todo ele em tupi, com exceção de nove estrofes da cantada dança final, que são em português, e, justamente nelas um dos bailarinos confessa ao menino Jesus duas das nossas mazelas:

Senhor, êstes cinco reis
São de peixe que vendi;
Não vos trago mais aqui,
porque ontem todo o mais
Dei por vinho, que bebi (23).

O dançarino seguinte reforça o sentido dessa confissão pelo contraste:

Eu sou selvagem brasil
E como não sei furtrar,
Não tenho para vos dar
Nem moeda, nem ceitil;
Apenas vos posso amar (24).

A quintilha **Brasil**, em redondilha maior, é de conceito sempre atual, encaixando-se nesta altura à guisa de arremate concludente:

O Brasil, que sem justiça
Anda mui cego e torto,
Vós o metereis no pôrto,
Se lançar de si a cobiça,
Que de vivo o torna morto (25).

Os autos atribuídos ao Pe. Anchieta são arranjos ocasionais, feitos de composições avulsas. A combinação de uma série delas para representações maiores podem, assim, à primeira vista, suscitar interpretações errôneas. O exame comparativo mais detido mostra, porém, que, tanto nos raros arroubos poéticos, como no papel de educador e de crítico, o português e o castelhano se alternam com frequência tal, que torna impraticável a comprovação de existir no seu emprego qualquer segunda intenção, que, aliás, valeria por uma dissonância incompatível com o caráter geral dos escritos anchietanos.

É, porém, nas composições tupis que reside boa parte da fama do Apóstolo das Selvas, até recentemente mais fundada na tradição do que no conhecimento da sua obra. Hoje, após as apreciações, por diversos estudiosos, da meritória edição diplomática e crítica do Museu Paulista, podemos afirmar, que os biógrafos não lhe exageraram os méritos educativos. É surpreendente a sua adaptação à mentalidade indígena através de cenas que lembram a vida das tabas.

Não é grande o acervo dos escritos tupis que resistiu à destruidora ação do tempo e da incompreensão; mas, ainda assim, as poesias de Anchieta são, ao lado do catecismo do Pe. Araújo, as composições mais extensas hoje existentes. Em exotismo original a sua linguagem excede mesmo a cuidada redação do citado catecismo, onde nem sempre os repetidos retoques conseguem disfarçar que foi árdua a tarefa da perfeita trasladação de certos conceitos religiosos a uma língua onde as abstrações ensaiavam os passos iniciais.

No vocabulário aparecem os primeiros neologismos para elementos culturais e conceitos novos. São, na sua maioria, ampliações semânticas de legítimos termos tupis:

Mocaba	Coisa que estoura é a ...	arma de fogo:
itá	pedrasignificará	pedra, metal:
itaiuba	metal amarelo	ouro, dinheiro:
tupã	gênio do raio e trovão	Deus:
tupanoca	casa de Deus	igreja, templo:
pai	venerável, pajá	sacerdote:
paíguaçu	homem venerável grande ...	padre superior,
etc.		prelado.

Raríssimos ainda são os lusismos. Ao lado dos nomes próprios ajeitados à pronúncia tupi, como **Rorẽ** por **Laurenço**, encontramos uns poucos disfarçados de modo idêntico:

curuçá	por cruz,
cassiano	por castelhano e
saravaia	por salvagem (selvagem).

Na sintaxe, refletem-se nitidamente as lições da sua gramática e do **Vocabulário na Língua Brasilica**, dos jesuítas. O conhecimento perfeito desses dois livros é indispensável para a tradução fiel do tupi anchietao, que é o dos índios tupis ao tempo do descobrimento do Brasil e do início da sua colonização. Nenhum outro compêndio possibilita a sua compreensão integral, nem mesmo os desenvolvidos tratados guaranis, por ser mais arcaica a morfologia tupi, como exuberantemente demonstramos em alentado volume pronto para o prelo. Esses dois livros eram raros, e raros os seus consulentes fora da Companhia.

É por isso que, na primeira metade do século dezoito, quando o legítimo tupi só se praticava ainda em algumas poucas tabas de tribos costeiras isoladas, assistidas por jesuítas, a Sagrada Congregação dos Ritos, com dificuldade, achou, fora daquela Ordem, quem lhe traduzisse os escritos do Apóstolo do Brasil, redigidos em tupi.

Confiou finalmente a tarefa de tanta responsabilidade ao Pe. D. João da Cunha, que, sob juramento, se declarou conhecedor da língua brasilica. Serafim Leite pensa poder identificá-lo com um agostiniano homônimo, que naquele tempo andara pelo Maranhão e tinha fama de trapaceiro (26).

A sugestão tem muito a seu favor. No Maranhão, era então corrente o uso da língua-geral. Mas esse dialeto, conhecido através do **Dicionário Português e Brasiliano** e que por isso apelidamos de **brasiliano**, para o distinguir da língua brasilica, é um tupi sensivelmente transformado, principalmente na sintaxe, pelos índios aculturados de outras famílias lingüísticas e pelos mestiços de todos os matizes. D. João da Cunha pode mesmo ter jurado convictamente, que conhecia a língua-

-geral do Brasil, entretanto, sem avaliar o grande hiato, que já separava no século dezoito o dialeto maranhense da língua brasílica do tempo de Anchieta. O léxico é ainda razoavelmente conchegado, mas a construção da frase, remaniada por influências alienígenas, principalmente portuguesas, diverge ao ponto de tornar enigmáticas, aos versados tão só no dialeto maranhense daquela época, dilatadas passagens dos textos anchitanos, fato presumivelmente desconhecido a D. João da Cunha. Quando mais tarde tomou conhecimento dos mesmos, fraco ou inescrupuloso, não teria tido a hombridade de confessar a sua incompetência.

O deprimente resultado espalhou-se por aí, para desdouro da cultora máxima das nossas letras (27), para descrédito dos estudos tupis, tão caros ao nacionalismo tradicional sadio e para achincalhe do nome venerando do nosso apóstolo.

A título de ilustração do que vai nesta afirmativa, comparemos algumas estrofes de Anchieta em três configurações: em linguagem original, na tradução correta e na versão conjectural de João da Cunha, submetida ao Santo Ofício e impressa pela Academia Brasileira de Letras (28).

Ouçamos, em primeiro lugar, três estrofes de um jovem tupinambá um dos raros convertidos dessa tribo guanabarina, amiga dos franceses:

Xe Tupinambá-guaçu,
Paí-guaçu irundyba;
Opá-catu caraíba
Xe mombá eté catu.

2

Xe anama erimbaé
Tecó ypyramo secóu.
Ixupé ranhé abaré
Tupã mombeguabo i xóu.

3

Oré tupã-oquetá;
I pupé oró nhemboebo;
Tupã rerobiaretébo
Tecopũera mombó pá (29).

A sua tradução é a seguinte:

Sou o Grão-Tupinambá,

Companheiro habitual do Pe. Superior;
(Por isso) todos os cristãos
me tem grande deferência.

Minha gente antigamente
Seguia usanças primitivas;
Procuraram-na os padres depois,
Anunciando-lhe a palavra de Deus.

(Hoje) temos muitas igrejas;
Nelas aprendemos
A crer de verdade em Deus
(E) a repudiar todos os velhos
costumes.

Vejamos agora a tradução do nosso padre juramentado:

Eu me chamo Tupinambá
Do padre grande mandado.
Todos os brancos daqui
Me tem muito bem ensinado.
Meu parente antigamente
Aqui morreu e aqui esteve
E também aqui o padre
Lhe ensinou que havia Deus (30).

Nota-se que conhecia o sentido avulso de certas palavras, mas que lhe escapava o da frase, ficando reduzido a muito pouco o singelo relato do índio, aliás sem maior importância.

Outros trechos, ao contrário, raíam por traiçoeiras falsificações da história cultural dos tupis, como esta que vai a seguir. Refere-se à lenda da aparição de São Sebastião, ajudando os portugueses, na luta contra os tamoios, que culminou na destruição de numerosas tabas, que passa a enumerar:

O pa: Paranã-pucu,
Iacutinga, Moroy,
Sarigüeia, Guiriri,
Pindoba, Reriguaçu,
Curuçá, Miapéí (31).

Aniquilados foram: Paranã-pucu,
Jacutinga, Moroy,
Sarigüeia, Güiriri,

Pindoba, Reriguaçu,
Curuçá, Miapel.

Eis, porém, a espantosa, a fantástica tradução de D. João da Cunha, que reparando nos nomes de animais e palmeira, não compreendeu que eram topônimos e deixou correr a fantasia:

Acabem-se os feitiços e
E o augúrio que vós tinheis
Nas aves e feras do mato.
Não adoreis à palmeira;
A cruz haveis de adorar (32).

Qualquer comentário ficaria muito aquém do que merece tamanha deturpação; mas, pelo menos tem sentido, e, se tomarmos a "adoração da cruz" como figura de retórica, as recomendações não destoam na boca de um missionário.

Entretanto, esta estrofe introduz na história da catequese uma faceta zombeteira. Foi ela, na grotesca versão de João da Cunha, que o Pe. Serafim Leite transcreveu na sua História da Companhia de Jesus para documentar o esforço dos jesuítas no combate à superstição e antropofagia. Não poderia ser mais infeliz na escolha das provas, (33) inexistentes nos versos de Anchieta, que certamente recusaria esse pechisbeque oferecido pelo seu bio-bibliógrafo em troca de muita prata de lei, que lhe tenta sonegar.

Permitam os pacientes ouvintes que terminemos por um terceiro exemplo das façanhas do embusteiro-mor da nossa literatura nascente.

È a estrofe inicial do segundo ato do Auto de São Lourenço, um monólogo do diabo Guaixará. Este nome adrede escolhido foi o de um valente tamoio impenitente, que resistiu com os franceses à conquista portuguesa do Rio de Janeiro. Entra em cena vociferando contra a cristianização dos índios:

Xe moaiú marangatu;
Xe moyrõ-etècatuabo
Aipó tecó pyçaçu.
Abá será o güeru
Xe retama momosyabo? (34)

Enojam-me os convertidos,
Irritando-me sobremaneira
Esses tais costumes novos.
Quem os terá trazido
Para enxovalhar a minha terra?

Esta explosão de revolta, na boca do demônio contra os missionários, é de surpreendente naturalidade. Mas,... a que chinfrinada reduz D. João da Cunha a espontaneidade desses versos! Escutem e pasmem!

Sou príncipe de grã virtude;
Eu sou bem-aventurado,
Ainda que seja mui quente;
Que me embrulhe a minha terra,
De quem essa ousadia?! (35)

Ao lerem estas linhas sem nexos, que pensariam do pobre do nosso Anchieta os reverendíssimos e severíssimos preladados do Santo Ofício?...

E, a gente fica a matutar na ingratidão do destino para com o grande e abnegado amigo do nosso índio, permitindo, que, mesmo nas tentativas de sua glorificação, ainda enxovalhem os louros de primeiro lingüista literato do Brasil, de grande pedagogo e missionário, que ninguém lhe poderá arrancar!

Conferência pronunciada a 3 de agosto de 1966, no Instituto de Cultura Hispânica da Universidade Federal da Bahia

NOTAS

- 1) - Saíram de São Vicente a 23 de maio.
- 2) - Nóbrega, Pe. Manuel da —; Cartas; pp. 93 e 105.
- 3) - *Gramática da Linguagem Portuguesa*; Lisboa, 1536.
- 4) - *Gramática da Língua Portuguesa*; Lisboa, 1540.
- 5) - *Anchieta, Pe. Joseph de —; Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*; Coimbra, 1595.
- 6) - *Leite, Pe. Serafim —; História etc.* tomo II. p. 552.
- 7) - *Idem, Ibidem.*; p. 559 e tomo VIII. p. 28.
- 8) - *Idem, ibidem*; tomo VIII p. 28.
- 9) - Tomo IV. pp. 348-50.
- 10) - *Doutrina christã, e Mystérios da Fé dispostos á modo de dialogo, em beneficio dos índios cathecumenos. pelo padre Josephe (sic) de Anchieta, da Companhia de Jesus.* — Com licença do Ordinário do Smo. Officio e do Preposito Geral da Companhia de Jesus. — Em Lisboa na officina de Joam Gabram (sic) — Anno de 1668 — Segunda impressão. - (3+79pp.).
- 11) - P. 7.
- 12) - Smo. por Sto; Josephe por Joseph e, principalmente, Gabram por Galram.

Joam Galram foi um editor lisboeta, a quem devemos, entre outras, as primorosas edições da *Viagem da Armada*, de 1655, e da *Nova Lusitania*, de 1675.

- 13) - *Primeiras Letras*; Rio, 1923. — Veja também o Prefácio.
- 14) - *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileirc*; tomo 88, p. 561.
- 15) - *Anchieta, José de —; Poesias*. — São Paulo, 1954.
- 16) - Reeditado com a tradução pelo Arquivo Nacional, em 1940.
- 17) - Editado com a tradução pelo Arquivo Nacional, em 1958.
- 18) - *Leite, Pe. Serafim —; História etc.* Tomo VIII. p. 183.
- 19) - *Anchieta, Pe. José de —; Poesias*; p. 733; vv.1.114-18.
- 20) - *Ibidem*; p. 737, vv. 1.258-67.
- 21) - *Ibidem*; p. 683; vv.17-20.
- 22) - *Ibid.* pp. 796-97; vv. 531-555.
- 23) - *Ibidem*; p. 772.
- 24) - *Ibid.* p. 772.
- 25) - *Ibid.* p. 773.
- 26) - *História etc.* tomo VIII. pp. 26 e 27.
- 27) *Primeiras Letras — Cantos de Anchieta*; Rio, 1923.
- 28) - *Primeiras Letras — Cantos de Anchieta*; Edição da Academia Brasileira de Letras; Prefácio de Afrânio Peixoto; Rio, 1923.
- 29) - *Anchieta — Poesias*; São Paulo, 1954; pp. 579-80.
- 30) - *Primeiras Letras*; p. 135.
- 31) - *Anchieta, Pe. José —; Poesias*; p. 713.
- 32) - *Primeiras Letras*; p. 179.
- 33) - *História da Companhia de Jesus*; tomo II. p. 613.
- 34) - *Anchieta; Poesias*; p. 684.
- 35) - *Primeiras Letras*; pp. 143-44.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, Joseph de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Leipzig, B. G. Teubner, 1876. 59p.
- _____. *Poesias*. São Paulo, s.c.p., 1954. 833p.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugália, 1938. t. 2.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945. v.6.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949. v. 8.
- NOBREGA, Manoel. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro, Industrial Graphica, 1931. p. 93-105.
- OLIVEIRA, Fernão. *Grammatica da linguagem portuguesa*. 3 ed. feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, José Fernandes Junior, 1933. 142p.
- PRIMEIRAS letras; cantos de Anchieta o diálogo de João de Léry, trovas indígenas. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1923. 270p.